

36º Encontro Anual da ANPOCS
GT01 - Ciberpolítica, ciberativismo e cibercultura.

Internet e a ampliação da cidadania no Brasil: o caso do
www.indiosonline.net

Lucineide Magalhães de Matos
Prof. Dr. Marco Antonio Roxo da Silva

Águas de Lindóia, São Paulo

2012

Internet e a ampliação da cidadania no Brasil: o caso do www.indiosonline.net.¹

Resumo: Este trabalho tem como objetivo dissertar sobre o impacto do uso de tecnologias de comunicação alistando tal discussão às minorias sociais no Brasil. De modo ilustrativo consideramos particularmente o caso da Rede Índios Online que se sedimenta no site www.indiosonline.net. A partir deste exemplo pensamos em que grau as políticas de comunicação visando à inclusão digital contribuem para por em debate à cidadania indígena. De um lado, propomos demonstrar como as ferramentas web colaboram para tonificar práticas cidadãs, possibilitar a articulação de demandas e potencializar maior representação e mobilização social desses grupos. De outro, problematizamos o fato deste espaço receber subsídios financeiros e tecnológicos do Estado e de instituições privadas sendo intermediado por Organizações Não Governamentais. Isto nos induz a pensar na existência de um caráter pedagógico no uso destas ferramentas e põe em questão a autonomia dos grupos indígenas na criação das políticas comunicacionais relativas ao site, bem como sobre o que interpretam ser cidadania.

1. Sobre cidadania, representação e internet.

As tecnologias digitais são reveladoras de como pressupostos teóricos historicamente discutidos são atualizados em vista de sua adequação à realidade comunicativa contemporânea a exemplo do que ocorre com a cidadania e a representação. Essas categorias são constantemente revisitadas e resgatadas em seus aspectos conceituais clássicos em discussões, entre outros temas, que envolvem o universo virtualizado da internet. Parte da relação que se estabelece entre as temáticas acima citadas e os meios de comunicação virtuais são justificáveis pela prospecção positiva da influência ou transformação que o ambiente virtual poderia provocar na vida democrática e, conseqüentemente, nos processos social, cultural e político que a envolve. De outro modo, a elevação das expectativas em torno de tal questão passa a desenvolver retóricas voltadas à dimensão de maior participação cidadã e de formas outras de representação

¹ Trabalho produzido por mestranda em Comunicação do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense (UFF), e bolsista do Programa Internacional de Pós-Graduação da Fundação Ford. E-mail: lucineidematos@gmail.com; e Prof. Dr. Marco Antonio Roxo da Silva, docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: marcos-oxo@uol.com.br.

que não apenas aquelas postuladas, seja pelo campo político, seja pelo modelo de representação ofertado pelos meios de comunicação tradicionais. Deste modo, cidadania e representação são demandas acionadas em diferentes contextos e que necessitam ter suas características revisitadas para o melhor entendimento de como tais construtos são visto atualmente. Por isso, a caracterização destes conceitos sob suas circunstâncias históricas é o nosso ponto de partida.

A cidadania sempre manteve estreita relação com o campo do direito e ao longo de sua evolução englobou valores os quais conduziram a compreensão deste construto tal qual percebemos hoje: um ideal normativo que circula entre direitos e deveres dos indivíduos. Na Grécia o princípio de cidadania correspondia ao direito de igualdade política para os homens livres. O poder político neste contexto não estaria concentrado em um indivíduo, mas todos aqueles considerados cidadãos poderiam participar das discussões e deliberações relativas à vida pública. Esse princípio grego de cidadania, no entanto, não tinha caráter universal uma vez que grupos sociais como mulheres, escravos, estrangeiros, comerciantes e artesãos estavam aquém de tal status e, portanto, da vida social e da tomada de decisões políticas, tratava-se, portanto, de uma cidadania restritiva. Com a decadência da Grécia e o surgimento da Idade Média nota-se uma inviabilidade à condição de cidadania. Isto porque o período medieval foi marcado pela concentração de poder nas mãos da igreja católica e pela organização estamental da sociedade dividida então entre vassalo, servo e suserano.

O pensamento sobre a cidadania entraria em voga novamente na Idade Moderna, estando vinculada à formação dos Estados Nacionais, a consolidação do capitalismo e a ideia de direito racional (O'DONNELL, 1981). Na perspectiva da formação dos Estados Nacionais a noção de cidadania moderna implica na ideia de pertença, na qual o Estado reconhece a todos como iguais por meio de um status universalista e define que todo aquele presente no território geográfico de uma nação seria cidadão. Logo podemos falar de uma territorialização da cidadania. Estar nesse espaço significaria ter identidade de cidadão e ter a proteção legal do Estado. Sob o ponto de vista da evolução do capitalismo, O'Donnell concebe a cidadania como fundamento do Estado capitalista pois este, através da cidadania, oferece esferas abstratas de liberdade e igualdade.

De acordo com este autor a *“cidadania é o fundamento mais congruente do Estado, tal como aparece na superfície da sociedade capitalista. O cidadão é por ser a modalidade mais abstrata de mediação entre o Estado e a sociedade* (IDEM, p. 31). Ao atribuir a cidadania uma condição abstrata, o autor concebe o cidadão como entidade igualmente intangível na qual o atributo da cidadania - criatura desencarnada do Estado - lhe confere, por exemplo, o direito a participação na comunidade e no jogo político impresso pelas instituições estatais. É por esta razão que os fundamentos legais relacionados aos cidadãos pensam estes últimos enquanto sujeito jurídico, livre e igual dentro de um determinado território.

Um conceito que se tornou referente ao tema foi desenvolvido por T. H Marshall (1967), para quem cidadania seria *“um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade”* na qual os *“que possuem o status são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao Estado”* (Id. p. 76). O elo deste estatuto com o campo do direito é reforçado por Marshall pela distinção que o autor oferece à cidadania, sendo esta: civil, que ajuíza a liberdade individual dos indivíduos; política, voltada a preservação da participação no poder político em igualdade; e social, que pensa a dimensão do bem estar das pessoas. Tomando em referência tal conceito e sua relação com o Estado democrático de direito, a cidadania revela-se como um fundamento que se conjuga com a estrutura de democracia e o princípio de igualdade.

Contudo, é importante notar que o princípio de equidade de direitos coexiste com desigualdades de acesso a esses, o que gera distanciamento entre a cidadania formal, aquela prevista em leis, e a cidadania real, ou seja, que é de fato praticada. Atentas a esta questão, correntes teóricas mais atuais tem dedicado crítica ao modo como a cidadania se desenvolve no século XXI ao tecer consideração de que o modelo correspondente de universalidade da cidadania, embora ideal, não dá conta de abranger os diferentes segmentos sociais (KYMLICKA, 1998; KYMLICKA & NORMAN, 2002; CORTINA, 2005). Ao contrário, tais correntes chamam atenção para os quadros permanentes de exclusão de grupos sociais minoritários que têm maior dificuldade em acessar seus direitos, afinal como comenta Kymlicka (IDEM), a cidadania comum não dá conta de acolher as necessidades de grupos específicos.

Estes discursos tem dado ênfase a valorização das diferenças sociais como o fazem os chamados teóricos da diferença, para quem a diversidade está relacionada a aspectos identitário, de autoorganização e pertença. Nestes termos, o conceito de cidadania diferenciada está relacionado à ideia de que a cidadania não se refere apenas a um estatuto (KYMLICKA, 1998), ela se torna expressão de pertença e identidade, tendendo a favorecer grupos excluídos operando sob a dialética da afirmação das diferenças e da diversidade das minorias sociais.

De acordo com essa teoria contemporânea, outro conceito que estaria atrelado à cidadania seria o de participação uma vez que ações coletivas destacam-se como pressões significativas vinculadas ao desenvolvimento da cidadania (PINSKY & PINSKY, 2003). O comportamento reivindicatório dos atores sociais, portanto, torna-se força importante para a promoção de mudanças na ordem social em qualquer sociedade. A ação de reivindicar indica um cidadão que, nas palavras de Canclini (1999, p. 46): *“não tem a ver apenas com os direitos reconhecidos pelos aparelhos estatais para os que nasceram em um território, mas também com as práticas sociais e culturais que dão sentido de pertencimento”*. Tais práticas podem ser lidas como a vontade do indivíduo em participar da vida pública, em aderir a projetos comuns à sociedade dando sentido a uma democracia participativa.

As alterações no modo como a cidadania é praticada pode ser exemplificada pelo caso brasileiro onde o avanço das ações coletivas compuseram quadro favorável para a ampliação deste estatuto. Há, desta forma, um nexos entre os diversos momentos da luta social no Brasil e o entendimento de como a cidadania era caracterizada em cada um deles estando, como explica Maria da Glória Gohn, assim dispostos: o “Movimento Cívico” (nas décadas de 1960 e 1970), concentrado na resistência ao autoritarismo do Estado; o “Movimento cidadão” (de 1980 e início dos de 1990), o qual se ancorava na afirmação e regulamentação de direitos; o “Movimento institucionalizado” (a partir dos anos 1990), tendo como centro a participação e negociação entre Estado e movimentos sociais; e o “Movimento cidadão crítico”, em vigência a partir anos 2000), cuja bandeira versa pelo que a autora identifica como “controle social pela cidadania”. (GOHN, 2010, p. 14-23).

Inicialmente o que se observa nesta estrutura é uma mudança de paradigma do modelo de cidadania pensada no Estado brasileiro a qual, a partir de meados da década de 1980, deixa de ter como centro a ideia de cidadania regulada vinculada ao mundo do trabalho e de classe social (SANTOS, 1987), elevando à dimensão da participação e as questões relativas à maior visibilidade de grupos sociais diferenciados que passam a ter organização mais autônoma (SADER, 1995). Por outro lado esta estrutura cronológico-participativa é reveladora de como organizações e movimentos sociais que tiveram suas demandas mais visibilizadas principalmente a partir da década de 1980, a exemplo dos povos indígenas, e que ao longo dos diversos momentos políticos atuaram contra o Estado (em momento de reduzida participação cívica como no Regime Militar) e hoje passam atuar conjuntamente com o este ao operarem como proponentes e executoras de políticas para a sociedade. Desta forma, as articulações e ampliação dos movimentos sociais calcados em novos escopos identitários compuseram quadro fundamental à emergência de um novo estatuto de cidadania que pensasse em termos de ampliação da cultura democrática.

No quadro teórico que versa sobre representação nota-se uma estrutura igualmente complexa já que esta passa por diferentes caminhos de análise. De um modo geral as matrizes teóricas referentes ao tema têm dado ênfase ao contexto político, principalmente aquele vinculado a representatividade no parlamento como podemos observar nas discussões empreendidas por Hanna Fenichel Pitkin em sua notória obra *O conceito de representação*, referência para o estudo deste campo. Há, contudo, outras variáveis relacionadas ao tema tais como o entendimento da representação como imagens (MINAYO, 1994), como cenários (GOFFMAN, 2003), ou vista a partir de campos como a psicanálise (MOSCOVICI, 1978) e a comunicação. Nesta última instância a representação se vincula as artes, assim como à evolução técnica dos meios de comunicação os quais passam desempenhar lugar central na dinâmica representativa, principalmente a imprensa.

Esta ocupa espaço de destaque para as representações sociais ao dispor de condições favoráveis à difusão de mensagens funcionando como plataforma de mediação entre os diversos campos sociais. Significa também um “*mecanismo de difusão de conteúdos simbólicos nas sociedades contemporâneas e, uma vez que inclui o jornalismo, cumpre o*

papel de reunir e difundir as informações consideradas socialmente relevantes.” (MIGUEL, 2002, p. 132). Revela-se aqui o papel democrático da mídia, que se justifica pela compreensão de que os meios de comunicação atuariam como esfera de representação social. É explicativo desta expectativa também o fato de estes se converterem em espaço distinto de influência sobre a opinião pública, de disseminação de pontos de vista, interesses e projeções para os diferentes membros da sociedade contemporânea. Portanto, é possível considerar que as mídias cumprem papel social de potencializar discursos relacionados ao desenvolvimento do pensamento crítico dos cidadãos por meio da informação e da consequente formação.

Todavia, democratizar os espaços midiáticos no sentido de oferecer maior visibilidade a discursos e sistemas de valores referentes aos diversos grupos que compõe determinada sociedade é um desafio que persiste. Isso porque, sendo a mídia um campo polarizado há uma tendência desta em reforçar ideologias dominantes, reafirmando disparidades sociais, políticas e culturais ao excluir de sua agenda grupos sociais minoritários². Para tais grupos a questão da cidadania e representação toma contorno diferenciado uma vez que passa a envolver questões como autonomia, inclusão, legitimidade, participação e poder. E é no embate para a efetivação destas categorias que são pensados nuances diferenciadas à representação e à cidadania, como ocorre com os horizontes sociotecnológico da Web 2.0.

Problematizados na esfera do virtual estes conceitos apontam para possibilidades de ações diretas dos indivíduos a exemplo da autorepresentação, construção de autoimagem

² Minoria no ponto de vista contemporâneo abarca um conjunto de sujeitos e grupos sociais, marcados por diferentes demandas sociais, com diferenciadas características culturais e organizacionais, que passam a ser identificados como minoria uma vez que se encontram ideologicamente marginalizados, ou seja, em situação desprivilegiada em relação a grupos sociais hegemônicos. De acordo com Alexandre Barbalho (2005, p. 30) esse grupos se formam “a partir dos anos 50, e de modo crescente, novos movimentos sociais ocupam espaços importantes e colocam outras questões, ao lado das reivindicações político-econômicas. São as minorias (sexuais, religiosas, étnicas etc.) que implodem o cenário social com suas bandeiras político-culturais, exigindo do Estado não só o seguro-desemprego, assistência social e serviços públicos, mas também o reconhecimento de suas diferenças de suas singularidades, de suas identidades. (...) De um lado, as minorias afirmar suas diferenças (...). De outro, exigem que o direito de exercer sua singularidade não implique, na prática, em desigualdades (sociais, políticas, econômicas e éticas)”. É importante ter em mente, dentro de tal sentido, o caráter coletivo dessa concepção, condicionada a pluralidade onde “minorias” corresponde a uma série de grupos sociais (mulheres, indígenas, homossexuais, negros...) que tentam se afirmar indelentemente dentro de estruturas de poder.

e o estabelecimento de vínculos de maneira mais objetiva. Em termos de ação as comunidades (virtuais) que são criadas nesse ambiente representam formas de organização de cibercultura agindo em cooperação social (ANTOUN, 2004, p. 19). Nota-se que grupos semelhantes constroem redes sociais e agem em coletividade a partir de determinados laços de pertencimento, afinidades e interesses específicos fazendo emergir práticas sociais cibernéticas que envolvem elementos como *cibercidadania e a ciberrepresentação*.

Genericamente, cibercidadania pode ser lida como a possibilidade de efetivar práticas mais efetivas de cidadania através da internet como ocorre como a participação em espaços de discussão política, de deliberação e consultas públicas online, por exemplo. Já ciberrepresentação passa a significar formas diferenciadas de conexão as quais remetem a interatividade interpessoal e coletiva, à alternativa em relação a formas tradicionais de mediação, além de estabelecer práticas de empoderamento. Há a passagem muito clara de uma expectativa de sub-representação - visto sobremaneira formas de representação hegemônicas operadas pela grande mídia - à autorrepresentação.

Observa-se de um modo geral que o surgimento e popularização do uso da internet ocasionou a ampliação de expectativas positivas em relação as influência ou transformações que a internet poderia provocar na vida da democracia. Não por acaso observa-se perspectiva em relação a evolução de um estágio superior da democracia: a ciberdemocracia (LEVY, 2003). Chama atenção, no entanto, que mesmo a internet possibilitando processos de fortalecimento político e social ao se propor como mídia horizontal, ela também absorve questionamento relacionados aos reais níveis de participação, e a discussão sobre velhas e novas formas de cerceamento midiático (COLEMAN, 2009; GOMES e MAIA, 2008) como aquelas vinculadas aos acesso aos meios comunicatos, ou mais especificamente a quem tem acesso a esses meios. Deste modo, não basta apenas olhar as possibilidades positivas desta questão, mais pensar outras questões vinculadas ao tema como o desenvolvimento social, o combate a pobreza e a políticas de fomento à comunicação, as quais conjugam formas de popularização e acesso à internet.

2. Políticas de fomento à comunicação e inclusão digital no Brasil

A inclusão digital tem sido frequentemente tratada no Brasil como parte da discussão referente às políticas de acesso a cultura já que, ao se falar diretamente sobre políticas de comunicação comumente vincula-se esta ao campo da regulação midiática pelo Estado. Como não é esta a discussão central empreendida neste trabalho optamos por utilizar a expressão patrocínios culturais privados de fomento à comunicação no sentido de percorrer os caminhos das políticas voltadas ao acesso às mídias digitais. De modo específico, tratamos as políticas públicas como políticas culturais para o digital, e os incentivos privados como patrocínios culturais privados. Deste modo, a questão que colocamos neste tópico diz respeito às políticas de fomento à comunicação concretizadas no Brasil e que são direcionadas a grupos identitários minoritários. Enfatizamos a ampliação de oferta de projetos sociais e subsídios oriundos do contexto público e privado, voltados para a promoção da informatização dos povos indígenas no Brasil, e de modo específico da rede nordestina Índios Online.

2.1 O papel do Estado nas políticas de fomento ao digital: Pontos de Cultura.

As políticas voltadas para o campo da cultura no Brasil passou por um processo de fortalecimento a partir de 2003 com o primeiro governo petista onde cresceu a atenção do Estado para com a diversidade cultural e identitária do país, além da ampliação de oferta de subsídios voltados para este campo. Assim, se em momentos políticos anteriores o campo cultural era mais difuso e oferecia possibilidades tímidas à cultura ou não demonstrava uma política cultural claramente definida (BARBALHO, 2007), a partir do governo Lula observa-se uma perspectiva e preocupação pela valorização da identidade pluralizada do país que se reverteu em políticas de apoio a grupos e redes de excluídos do alcance do Ministério da Cultura (MinC) como se pode exemplificar com o Programa Cultura Viva.

Em linhas gerais, o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania (Cultura Viva) é uma ação do MinC, executado atualmente pela Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural (SCDC/MinC). O Cultura Viva foi criado em 2004 com o objetivo de estimular, conservar e promover a diversidade cultural brasileira, contemplando

produções pré-existentes de grupos populares e tradicionais considerando os eixos local, popular e tradicional de tais ações. O programa se sedimenta no **Ponto de cultura**, uma ação prioritária que articula todas as demais ações vinculadas ao Cultura Viva (Cultura Digital, Griô, Escola Viva, Pontões de Cultura e, mais recentemente, Cultura e Saúde) e que tem como prospecção a parceria entre Estado e sociedade civil. A proposta do programa não é senão de conceder patrocínios culturais às iniciativas culturais oriundas da sociedade civil e que sejam atividades já em desenvolvimento, não sendo uma política que projeta ações para serem executadas a partir do Estado. Isto sugere inicialmente ao fato de que tal política pensa o aspecto de sustentação de práticas culturais pré-existentes no sentido de conservá-la.

A transformação de uma iniciativa cultural da sociedade civil em Ponto de Cultura se dá por meio da inscrição e seleção desta em edital público no qual, após escolha, é estabelecido convênio com o MinC, responsável por financiar as atividades dos grupos selecionados. O financiamento público para essas organizações consiste no repasse de recurso financeiro destinado à aquisição de equipamento básico de multimídia (microcomputador, câmera digital, gravações de audiovisuais, CD, impressos e etc.) e outras aplicações designadas à vocação dos grupos. Faz parte desta estrutura a parceria transversal entre Ministérios, Estados e Municípios como ocorre com ações conjuntas com o Ministério do Trabalho - para concessão de bolsas de primeiro emprego - e o Ministério das Comunicações através do Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac) que disponibiliza internet em banda larga para as organizações contempladas pelo programa.

As ações do programa se realizam, então, de forma conjunta como ocorre com o Ponto de Cultura e o Cultura Digital. Este último tem como objetivo facilitar a apropriação e o acesso a ferramentas multimídia e em software livre pelos Pontos de Cultura. De acordo com Barbosa e Calabre (2011, p. 45) o Cultura Digital:

Visa ao compartilhamento de produções simbólicas e conhecimentos tecnológicos gerados pela ação autônoma, porém em rede, dos Pontos de Cultura. O programa tem como diretriz interligar as ações locais e promover a troca de experiências dos pontos, bem como a comunicação entre eles a partir da tecnologia digital, possibilitando a circulação de sua produção textual e

audiovisual. Cada Ponto de Cultura recebe um kit de cultura digital, com equipamentos avançados e que podem variar de acordo com a vocação da entidade. Todos recebem um equipamento composto de uma mesa com dois canais de áudio, filmadora, gravador digital e dois computadores que funcionam como ilha de edição para a produção de conteúdos multimídia, permitindo a gravação de arquivos de áudio e vídeo, a publicação de páginas na internet e a realização de programas de rádio, sempre com o uso de programas em software livre.

Como pode ser observada, a ação Cultura Digital viabiliza a dimensão comunicativa da cultura ao incentivar produções simbólicas, de forma autônoma, que possam promover valorização, preservação e divulgação da cultura popular brasileira. A ideia das apropriações é de que com os instrumentos os grupos tradicionais e populares possam produzir materiais de áudio e vídeo criar páginas na internet e passem a se articular através da rede mundial de computadores sob a perspectiva da *promoção da diversidade e da exploração dos potenciais do digital na produção e na difusão das artes* (IDEM, p. 44) enfatizando assim o campo cultural.

Embora o foco do programa não seja exatamente a inclusão digital é possível observar no Cultura Viva um mote que contempla tal dimensão quando este facilita o acesso a mecanismos comunicacionais em comunidades e grupos sociais desprivilegiadas do universo digital. Por esta razão argumentamos que implícito nesta política há o reconhecimento da importância da mídia como espaço tático de ação e de que a esfera midiática funciona como espaço para a conservação do debate público e da participação ao abrir possibilidade para a autorrepresentação e de interconexão como se pode observar nas comunidades indígenas contempladas tanto com o Ponto de Cultura, quanto com a ação Cultura Digital. Estas passam a registrar imagens de seu cotidiano, suas perspectivas políticas e sociais a partir de seu próprio olhar, portanto sem a necessidade de mediação ou de um olhar externo além de ampliar práticas de cidadania e representação política desses grupos como veremos nos próximos tópicos.

2.2. Patrocínio cultural privado e o Programa Novos Brasis

O Instituto Oi Futuro é uma entidade sem fins lucrativos, vinculada à empresa privada de telecomunicações Oi. Responsável pelas ações sociais e culturais desta empresa, a

instituição tem como missão “*desenvolver, apoiar e reconhecer ações educacionais e culturais inovadoras, que promovam o desenvolvimento humano, utilizando tecnologia de comunicação e informação.*” (Balanço Social, 2006, p. 66). O Oi Futuro atua em quatro dimensões: cultura, educação, esporte e sustentabilidade. Por um lado elabora e executa seus próprios projetos sociais (Nave, Oi Kabum, Telhados Verdes e Oi Conecta), os quais estão inseridos no eixo educação, e por outro investe em patrocínios culturais propostos pela sociedade civil e que contemplam os programas de cultura, esporte e sustentabilidade.

No eixo sustentabilidade o Instituto investe em projetos que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável. Este mote contempla de modo mais específico propostas de projetos sociais sob a responsabilidade de organizações sem fins lucrativos que atuem em comunidades carentes no Brasil. Nesta linha de ação, são desenvolvidos dois programas de patrocínio cultural em específico: o Fundo da Infância e da Adolescência (FIA) - que objetiva a “capacitação profissional, geração de trabalho e renda e garantia de direitos de crianças e adolescentes em situação de risco social” – e o Programa OI Novos Brasis. É sobre este último que se debruça este texto.

O programa Oi Novos Brasis até 2011³ contemplava iniciativas sociais voltadas para desenvolvimento de “tecnologias sociais⁴ baseadas na aplicação de Tecnologias da Informação e Comunicação”⁵ cujo objetivo seria o de potencializar a utilização

³ A partir de 2012 o Programa é redesenhado passando a patrocinar projetos no âmbito social, o qual já contemplava, acrescentando a aceitação de propostas voltadas para o meio ambiente.

⁴ Para efeito de compreensão o Instituto entende como tecnologias sociais “como os produtos, as técnicas ou as metodologias capazes de gerar resultados efetivos de transformação social nas comunidades por elas beneficiadas. Tais tecnologias deverão incluir mecanismos para viabilizá-las economicamente e serem passíveis de reaplicação em grupos sociais semelhantes. Além disso, devem ser elaboradas em um processo participativo junto à comunidade atendida e observar a necessidade de equacionamento dos aspectos de sustentabilidade (econômicos, ambientais e sociais) ligados à implantação do projeto”. (Oi Novos Brasis, 2011, p. 1).

⁵ Tecnologias de Informação e Comunicação são “todos os meios que possibilitem digitalizar e transmitir informações à distância e que permitam o trabalho colaborativo em rede. Entre esses meios, podemos citar os computadores pessoais, os diversos suportes para armazenamentos de dados digitalizados (pendrives, CDs, DVDs etc.), a telefonia móvel, as IPTVs, as TVs com distribuição de sinal ponto a ponto, as vídeoconferências, o correio eletrônico, a internet, as listas de discussão (fóruns integrados pela internet), as redes sociais (como Orkut, Facebook etc.), as novas tecnologias digitais de captação e tratamento de imagens, sons e textos, o streaming (fluxos de áudio e vídeo pela internet), o podcasting (transmissão, sob demanda, de vídeo e áudio pela internet) e as tecnologias de acesso remoto sem fio (como o Wi-Fi ou o Bluetooth).” (IDEM, ibidem).

incrementos técnicos para a inclusão social e democratização de conhecimento. Além desse objetivo, destaca-se a motivação para o desenvolvimento de ações que possam após os patrocínios sustentar suas propostas e torná-las reaplicáveis por outras instituições seja da sociedade civil seja em nível de poder público. O estímulo ao trabalho em rede e fomento a articulações com outras instituições (públicas e privadas) é também um objetivo deste programa.

No Oi Novos Brasis, ao contrário dos programas de governo, nota-se a ênfase em tecnologias como mecanismos que, quando utilizados pelo capital humano no âmbito social, possam oferecer resposta às desigualdades sociais através da interface digital. A ideia de ampliação do conhecimento, de redes de colaboração e gestão compartilhada é ilustrativa desta perspectiva. De certa forma, essa lógica pressupõe a dupla temática discutida neste trabalho - cidadania e a representação – como variantes que se relacionam com a autonomia e a autodeterminação de grupos sociais em risco social e que podem dispor de outros mecanismos, neste caso as mídias digitais, para pensar outras práticas de desenvolvimento social como aquela em que se pensa a igualdade no poder de falar de grupos minoritários. (PERUZZO e BRITTES, 2002).

2.3 Organizações Não Governamentais (ONG) e patrocínios de fomento a comunicação

A nova dinâmica dos anos 1990 é marcada pelo surgimento de formas diferenciadas de organizações sociais prezando pela institucionalização. Nesse contexto as articulações se tornam mais estruturadas nos quais personagens que emergiram nas décadas de setenta e oitenta se organizam mais claramente em grupos por demandas específicas, porém agora institucionalizados. Surgem então novos quadros organizacionais compostos por fóruns, movimentos, organizações não governamentais (ONGs) e outras entidades do terceiro setor. São exemplos oriundos desse contexto: o movimento feminista, movimentos rurais, com destaque para o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), movimentos ecológicos, movimentos antiglobalização, o movimento dos homossexuais, movimento negro e movimento indígena. Vale ressaltar como importante propulsor nesse sentido a conferência ECO 92 da qual ONG's que vinham se formando desde a década de 1960 passam a estabelecer novos laços de relações sociais.

Nas décadas de 1960, 1970 e 1980 estas instituições atuavam mais discretamente como mediadores dos movimentos sociais, apoiando ações populares e temáticas sociais em evidência como as relacionadas ao campo do trabalho e dos movimentos sindicais. A partir dos anos 1990, com uma maior abertura política e democrática estas instituições passaram a atuar como sujeitos especializados dentro do campo social profissionalizando suas atividades. Cabe notar um conflito que se instaura entre ONG's e movimentos sociais quando da ampliação de ações das primeiras no Brasil motivado pelo enfraquecimento e perda de referência dos movimentos sociais na década de 90 e a ampliação da desorganização e desestruturação social que provocaram processo de exclusão em larga escala (SCHERER-WARREN, 2005). Neste sentido os movimentos sociais, antes referências, principalmente no campo político, perde espaço para a estrutura das ONG's que, embora não tivessem um papel político homogêneo e definido, passaram a atuar em um nível mais institucionalizado em áreas sociais onde o poder públicos estava ausente sustentando seus projetos através de parcerias com organismos internacionais, Estado e empresas privadas.

O nível de especialização das ONG's é ainda um tema a ser considerado no contexto contemporâneo. As ong's despontam como circuitos de articulação em variados ambientes da sociedade civil sendo caracterizadas por não poderem represenatar terceiros, não dependerem de jogos políticos. Podem ser caracterizadas como organizações especializadas voltadas para a sociedade civil e que tem duas origens: nacional e internacional. As ONG's internacionais têm característica de atuarem em países distantes de sua origem defendendo ou implementando ações para pessoas que não delegaram a estas tais funções. Um pouco parecida em sua forma de atuação, as ONG's nacionais se diferenciam por ter origem no país de atuação e se vincularem, na maioria das vezes a temas específicos, como é o caso da ONG Thydêwá.

A ONG Thydêwá é uma instituição sem fins lucrativos voltada para o universo da cultura tradicional indígena. Trata-se de instituição de origem nordestina especializada em ações identitárias e comunicativas para povos tradicionais do Nordeste Brasileiro. Foi criada em 2000 a partir da articulação de não-indígenas com grupos indígenas (Tupinambá, Pataxó-Hã-Hã-Hãe e Tumbalalá da Bahia, os Xucuru-Kariri e Kariri-Xocó de Alagoas, e

os Pankararu de Pernambuco). Seu objetivo é promover o diálogo intercultural, sustentabilidade e valorização da diversidade cultural. Atua através de projetos de valorização da cultura indígena, promoção de oficinas culturais e técnicas, e elaboração de produtos audiovisuais com este público.

Um diferencial referente a esta instituição está no modo operante que adquire desde sua criação. A ONG não se refere a uma instituição externa a questão indígena, ao contrário é fruto deste tema, uma vez que os indígenas são os atores sociais responsáveis pela origem da ONG. De um modo geral os projetos desenvolvidos pela ONG tem atuado em três eixos: sustentabilidade, diálogo intercultural e o cruzamento de saberes, e cultura da paz e a valorização da diversidade. Esses eixos são desenvolvidos principalmente através de ações nos campos da educação, cultura e tecnologia os quais destacam uma tentativa de aproximação entre as comunidades indígenas e as comunidades locais das quais os grupos indígenas fazem parte. Esta consideração mostra outra peculiaridade da ONG que é o de trabalhar com grupos indígenas os quais tem relação cotidiana com não-índios e, portanto, que estejam próximos de espaços urbanos. Esse argumento pode ser reforçado pela área de atuação do projeto que atua principalmente em regiões do nordeste, especialmente Bahia, Alagoas e Pernambuco onde os grupos indígenas, na maioria dos casos, convivem com a realidade urbana.

Dentro da visão holística da instituição está um modelo de atuação em conjunto com seu público-alvo pois, ao contrário de impôr projetos e políticas, a ONG mais que mediadora se torna um instrumento de atuação política dos indígenas, uma vez que tanto está inserida diretamente nas aldeias, como os indígenas integram a ONG em conjunto com não-indígenas desempenhando, portanto, uma ação dupla. De um modo geral, as ONG's significam circuitos de articulação em variados ambientes da sociedade civil, a exemplo do portal www.indiosonline.net, sendo caracterizadas por não poderem representar terceiros, não dependerem de jogos políticos e serem formuladoras de políticas públicas (ACIOLI, 2002).

Percebe-se aqui, no entanto, que a ONG Thyndêwá nasce da perspectiva conjunto de constituição de redes de comunicação para grupos indígenas. Portanto, em alguma medida, a ONG atuou como construtora de um espaço de representação e ainda como

representante de grupos indígenas. Indo além, sugerimos que mais que desenhar projetos, a ONG desempenha um papel de articuladora entre os grupos indígenas uma vez que tem em si a coordenação de projetos de sustentabilidade, aprendizagem, diálogo cultural dirigido para este público. A ação de mediação da ONG, como ponto de análise que nos interessa, é demonstrado aqui pela representação que a instituição vem realizando junto as empresas (públicas e privadas) de patrocínio cultural para o desenvolvimento de seus projetos⁶ em especial o Índios Online.

3. As políticas de fomento à comunicação digital no projeto Índios Online

Em 2001 a ONG Thydêwá, entidade sem fins lucrativos e composta por indígenas e não indígenas, lança o primeiro livro do projeto “Índio na Visão dos Índios” que vem elaborando desde então livros cujos textos são produzidos exclusivamente por indígenas de comunidades nordestinas. Aqui se dá, para alguns indígenas, o primeiro contato com um computador e com a internet durante a diagramação do material e sua disponibilização online. Em 2004 surge a ideia de criar, como definiu o diretor da Ong Thydêwá Sebastian Géric⁷, um *Índios na Visão dos Índios Online*, uma outra maneira dos indígenas estabelecerem redes de interação entre si e entre a sociedade através do ciberespaço. No mesmo ano é criado e lançado o site, que hoje tem como endereço www.indiosonline.net, em forma de projeto piloto.

Nascia deste modo o projeto Índios Online que se sedimenta no site e que surge, então, com uma proposta diferenciada de inserir computadores em aldeias incentivando o uso de ferramentas online como possibilidade de contribuição para a melhoria social das comunidades indígenas. Destacam-se entre os objetivos do projeto: *facilitar o acesso à informação e comunicação para diferentes povos indígenas; estimular o diálogo intercultural e resgatar, preservar, atualizar, valorizar e projetar a cultura indígena*. O Índios Online passa a ser definido como uma rede que prioriza o desenvolvimento

⁶ Oca Digital, Risada, Índios na Visão dos Índios, Arco Digital, Esperança da Terra, Índios Educa, Índios quer respeito e paz, Celulares indígenas.

⁷ O argentino de Buenos Aires há 15 anos radicado no Brasil. É diretor da ONG Thydêwá, formado em história e desde 1990 se dedica à área de audiovisual, produzindo principalmente documentários. Desde o ano de 2001 se dedica ao trabalho com comunidades indígenas da região Nordeste, onde atua na ONG através de projetos educativos, principalmente através da área de comunicação.

humano e que potencializa produções simbólicas em comunicação como instrumento para tal objetivo.

Do ponto de vista que nos interessa, os patrocínios e incentivos voltados para o site são uma característica importante. Desde 2001, com o projeto Índios na Visão do Índios, a ONG Thydêwá contava com o apoio institucional do Programa Faz Cultura do Governo da Bahia. Em 2004 o governo baiano concede a ONG, que estava alinhada aos objetivos do milênio, carta de incentivo fiscal para a busca de patrocínios junto a empresas privadas, assim o projeto teve seu primeiro patrocínio com a empresa Bom Preço do Nordeste S/A e que consistiu na transferência de recurso financeiro ao projeto em troca de dedução de impostos junto ao governo e da divulgação da marca patrocinadora, sendo que parte do recurso recebido pelo projeto deveria ser destinado a divulgação deste, e conseqüentemente, da marca da empresa privada.

Através deste apoio financeiro, sete comunidades indígenas passaram a ter dentro de suas comunidades um computador e acesso a internet, cuja conexão era via satélite e o serviço prestado por empresa privada contratada. Outra aspecto importante para a implantação do Índios Online foi a formação dos agentes que passariam a atuar dentro de suas comunidade como responsáveis e replicadores, foram realizados cursos de informática, produção de textos jornalísticos, aulas de fotografia e etc. O projeto nessa fase piloto teve duração de seis meses e em determinado momento passou a ter dificuldade de manutenção de sua estrutura com o fim do patrocínio.

Nesse período o projeto tem a oportunidade de concorrer a uma fonte de patrocínio diferenciada, a do Governo Federal. Em 2004 o Ministério da Cultura lança o primeiro edital do Programa Cultura Viva e a ONG Thydêwá inscreve o projeto Índios Online que é selecionado. De acordo com a proposta do Cultura Viva, o Índios Online enquanto projeto cultural que contemplava os eixos previstos no edital passou a ser reconhecido como Ponto de Cultura Viva e recebe da instituição recurso financeiro e técnico para manutenção de seu projeto, o que incluía a distribuição de conexão de internet gratuita via satélite nas comunidades através do programa GESAC vinculado ao Ministério das

Comunicações. O patrocínio do MinC ao projeto vigorou de 01 maio de 2007 a 30 de março de 2009 e tem particularidades a serem observadas.

A primeira diz respeito à estratégia adotada para a obtenção desse apoio. Como o mote do MinC é de modo especial projetos voltados para o campo da cultura, através de discurso característico do momento político e social de formulação do programa como o resgate cultural e o fortalecimento identitário de comunidade culturais, a ONG responsável adequa o protótipo ao campo da cultura no sentido de maior aproximação com o edital. Com isso, no escopo do projeto é definido com o objetivo de atuar basicamente no campo cultural através da divulgação e preservação da cultura indígena. No entanto, na apropriação das tecnologias digitais dentro das comunidades, a aplicação do projeto se dava também no campo da cidadania, como afirma Sebastian Gerlic ao considerar que no projeto se faz cultura, mais se faz principalmente cidadania. O entendimento de cidadania no contexto das comunidades envolvidas no projeto é de que com o uso das ferramentas digitais sedimentadas através do site, os indígenas possam atuar “cobrando políticas públicas, fazendo denúncias e solicitações no âmbito dos direitos humanos”, por exemplo.

Chama atenção também em relação a este patrocínio cultural o papel da ONG Thydêwá. A atuação desta no projeto caminha ora em direção à mediação entre governo e indígenas, ora como coordenadora do projeto. A partir de contrato estabelecido com o MinC a ONG é definida como pessoa jurídica responsável pela execução do projeto. Além disso, a ONG acabou na prática desempenhando papel de coordenadora do Índios Online até 2007 quando este é redesenhando e passa ter uma gestão própria mais autônoma e compartilha somente entre indígenas. A posição da Thydêwá fica evidenciada no acordo de parceria entre esta instituição e os indígenas do projeto. Neste acordo dispõe-se sobre a aplicação dos recursos e os direitos e deveres tanto da ONG quanto da REDE.

Ampliou-se, desta forma, o número de aldeias contempladas pelo projeto passando de sete para onze, entendidos pelos integrantes da Rede como “pontinhos de cultura”. Foram adquiridos novos computadores, mp3 e máquinas fotográficas, além de destinação de

parte do recurso para divulgação dos trabalhos do Índios Online, recurso para viagem e implantação de iniciativas outras voltadas para o projeto. Vale salientar que a parceria com o MinC resultou ainda na distribuição de bolsas, entendidas como ajuda de custo, para os indígenas que produziam matérias para a Rede ou que eram responsáveis pelos pontos. Essa ajuda de custo alcançava os 11 pontos desde que houvesse produtividade destes em relação a postagens no site e outras atividades pertinentes ao projeto como fica claro no acordo de parceria. Esse modelo de parceria, como poderá se visto mais tarde, incidiu diretamente em transformações organizacionais e sociais, além de gerar mais respaldo para a formulação de novas parcerias e aquisição de novos patrocínios como o da Oi Futuro.

Esta instituição apoiou diretamente o projeto Índios Online em dois momentos, através da ONG Thydêwás. Em 2006 foi selecionado o projeto que recebia o nome da rede, o objetivo era como consta nos objetivos da Oi Futuro, “qualificar cem índios de sete comunidades do Nordeste para que estejam aptos a executar todas as etapas de projetos próprios: elaboração, captação de recursos, gerenciamento e monitoramento”. Esta dimensão se deu no campo da qualificação humana e tinha como expectativa de resultado a elaboração de projetos sociais pelos indígenas. Outro patrocínio vinculado ao Programa Oi Novos Brasis, por meio da ONG Thydêwá, foi para o “Celulares Indígenas” que foi selecionado em 2008 e aplicado em 2009.

Objetivo prático deste projeto era gerar mais suporte às práticas tecnológicas dos indígenas no sentido de que este se tornasse mais rápido na transmissão de informação. Aqui é importante demarcar que o apoio se tratou basicamente de transferência de recurso financeiro para aplicação deste no projeto tendo a ONG novamente como responsável. O objetivo do projeto era de adquirir 200 aparelhos celulares com câmera embutida e acesso a internet móvel para serem disponibilizados em cada comunidade, garantindo a produção de conteúdo a partir do celular aumentando assim os meios de transmissão de informação e registro como vídeo e fotografia a serem publicados no site. Houve, portanto, uma ampliação dos canais de comunicação dentro das aldeias cujo objetivo final era o abastecimento do portal.

De modo mais analítico percebemos que os fomentos direcionados ao projeto Índios Online, tanto de origem pública quanto privada, representam para os grupos indígenas uma forma diferenciada de ação, já que “índio online é todo índio que decide se apropriar das tecnologias para benefício das culturas indígenas” como considera Sebastian Gérlic. Por outro lado, os patrocínios indicam interferências em modelos organizativos diferenciados em relação ao momento anterior dos incentivos como se pode observar no modo como os indígenas passaram a gestar o projeto. Como dito anteriormente, até 2007 a ONG Thydêwás, através da figura de seu diretor Sebastian Gérlic, era quem acabava coordenando o projeto Índios Online na prática.

No entanto, a partir de um processo de amadurecimento da proposta e de um quadro maior de autonomia, a ONG deixa de coordenar o projeto mais diretamente sendo apontada agora como parceira e o projeto Índios Online passa a ser tratado como rede autônoma e a ser gestado apenas por indígenas escolhidos em suas comunidades. Assim, a Rede Índios Online está organizada atualmente sob a forma de gestão compartilhada, o que significa que diferentes representantes dos povos que integram o projeto compõem a direção. Este modelo de gestão supõe também a participação de indígenas que não estejam dentro da gerência, mas que podem dar sua opinião já que se trata de uma gestão aberta. Embora haja uma equipe gestora para o projeto, atualmente composta por Alex Makuxi de Roraima, Patrícia Pankararu de Pernambuco, Nhenety Kariri-Xocó de Alagoas, além de Fábio Titiah e Yonã do povo Pataxó Hãhãhãe da Bahia, qualquer indígena, desde que tenha acesso a uma rede de computadores pode compartilhar sugestões e opiniões.

Parece-nos importante considerar que a ideia de rede se relaciona com uma prática coletiva que não existe materialmente, mas que age e se mobiliza socialmente. Na sociologia a noção de rede aplicada aos movimentos sociais é difusa, mas tem representado uma opção para caracterizar as diferentes formas de ações sociais contemporâneas. Mellucci (1994) justifica este pensamento a considerar que os movimentos sociais atualmente têm adotado formas de ação mais específicas agindo através de redes de pequenos grupos, como podemos exemplificar como o projeto Índios Online que atua especificamente com alguns grupos indígenas do nordeste.

As redes voltadas para o universo da comunicação, de modo especial quando se pensa em aquelas voltadas para grupos sociais minoritários, argumenta Scherer-Warren (...) podem ser vistas como formas solidárias ou estratégias de instrumentalização de grupos sociais seja para o universo virtual seja para ações presenciais. Nesta perspectiva Gohn (2006), ao tratar dos movimentos sociais nos setores de comunicação, oferece indicações de que a maioria destes grupos (identitários e culturais) atua em conjunto com organizações não governamentais, se sustentando a partir de redes e parcerias como estamos ilustrando neste trabalho.

É curioso, no entanto, o modo como a modificação na estrutura de gestão foi realizada. Na atual gestão o projeto não conta mais com patrocínios públicos ou privados, o que significa maior autonomia em relação as agências financiadoras e a ONG e também ausência de recursos financeiros para a sustentabilidade da Rede. A ideia de autonomia postulada neste contexto tem relação com a habilidade dos gestores em administrar a Rede sem apoio financeiro, por esta razão os atuais gestores são voluntários e articulam o projeto fazendo com que a presença dos indígenas no site seja permanente. Há implícito nesta proposta uma noção de empoderamento dos agentes indígenas, e se considerarmos o conceito proposto por Gohn (2004, p. 23) em que este termo significa por um lado um

processo de mobilizações e práticas destinadas a promover e impulsionar grupos e comunidades - no sentido de seu crescimento, autonomia, melhora gradual e progressiva de suas vidas (material e como seres humanos dotados de uma visão crítica da realidade social);

Então a autonomia alcançada pelos indígenas em relação ao projeto terá funcionado. Porém se consideramos a outra face do termo que

poderá referir-se a ações destinadas a promover simplesmente a pura integração dos excluídos, carentes e demandatários de bens elementares à sobrevivência, serviços públicos, atenção pessoal etc., em sistemas precários, que não contribuem para organizá-los – porque os atendem individualmente, numa ciranda interminável de projetos de ações sociais assistenciais. (IDEM, Ibidem).

Então veremos que há outros problemas implícitos na aquisição de patrocínios que muitas vezes representam para a perspectiva mercadológica da rede privada apenas possibilidade de divulgação de sua marca associada a projetos sociais e mesmo de incentivo fiscal junto ao Estado. Para este último, os patrocínios funcionam como mecanismos sociais de distribuição de renda em que a avaliação dos projetos tem sido realizada mais no campo da prestação de contas, ou seja, dos mecanismos fiscais do que pelos resultados humanos e sociais dos programas. E para os grupos sociais que recebem este tipo de assistência, seja da rede privada seja da rede pública, mesmo signifiquem possibilidade de trocas culturais, de práticas sociais, articulação e autorrepresentação, também significam que quando se encerram os patrocínios os problemas relativos a manutenção de seus projetos tendem a serem evidenciados como é possível observar no projeto Índios Online.

Diferente dos anos anteriores em que os indígenas recebiam ajuda de custo e outros incentivos para sua permanência no projeto, a atual gestão não conta com qualquer tipo de apoio financeiro. Esta mudança altera significativamente os modos de ação da Rede e se reflete no portal. Um exemplo disso, como comenta uma das atuais gestoras da Rede Yonã Pataxó Hahãhãe, é a ausência de contato físico entre os gestores que os leva a não conhecer toda equipe, senão alguns integrantes isoladamente através do computador. Trata-se, portanto, de uma gestão também virtualizada uma vez que não existem condições de que os membros possam manter contato pessoal entre si. Isso se reflete ainda, de maneira mais simplificada, na manutenção da hospedagem do site que antes tinha fonte garantida e hoje não. É preciso então que outras ações, não necessariamente a aquisição destes modelos de patrocínios, sejam tomadas para a conservação do projeto. Isto poderia evidenciar certa autonomia em relação ao ONG's, órgãos públicos ou empresas privadas, ao passo que indicaria um processo real de empoderamento dos grupos sociais.

4. Conclusões

A Rede Índios Online, que sedimenta suas ações por meio do site www.indiosonline.net, é um exemplo positivo de como grupos sub-representados historicamente elaboram

formas diferenciadas de ação e manifestação cultural e social. O aspecto político que a Rede denota através da utilização de seu portal é também uma característica que chama atenção de quem o observa se consideramos que este está em funcionamento há 08 anos. Assim, cobrar ações governamentais para as aldeias, denunciar instituições como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), facilitar processos de aposentadoria, organizar e disponibilizar petições no portal são exemplos de práticas cidadãs percebidas quando se visualiza o site e o processo organizativo para a manutenção deste. Como espelho que tem refletido a realidade indígena, o site sedimenta a perspectiva de cidadania participativa ao servir como extensão e divulgação ações que são realizadas off-line.

No campo da mídia isso se reflete no modo como se pensa a representação. Assim, criticando as mídias tradicionais como espaços conservadores, os indígenas identificam no projeto Índios Online a oportunidade de construir processos de autorrepresentação através de suas produções independentes de audiovisuais por meio de dispositivos móveis como celulares, se identificando enquanto etnojornalistas, ciberativistas e etnocelometrístas⁸, o que remete a perspectiva da ação jornalística como direito humano (HARTLEY, 2007) e não como uma prática exclusiva de agentes profissionalizados. Constitui-se então, via portal, uma espécie de jornalismo alternativo por ser uma opção diante de cadeias de comunicação hegemônicas.

Sem perder de vista estes aspectos positivos mas pensando de maneira mais crítica, podemos notar que as políticas de fomento ao acesso a estes mecanismos atuam muito mais com a intenção de instrumentalizar em detrimento de pensarem as influências da informatização na vida social dos grupos sociais atingidos por tais políticas. No caso específico da Rede Índios Online, fica evidente um aspecto distributivo de receitas e de prestação de contas dessa sem preocupação, por parte das agências, com a manutenção dos projetos e avaliação dos impactos destes nos ambientes patrocinados. A importância desta discussão é fulcral se considerarmos que ainda na vigência do patrocínio do MinC para o Ponto de cultura Índios Online, por exemplo, já se apresentavam problemas como

⁸ Pessoas que fazem uso do celular como ferramenta de atividades midiáticas nas aldeias projetam em parceria com empresa privada que além de material técnico ofereceu, em 2009, oficinas de roteiro, produção e edição de vídeo em aldeias indígenas que aumentou inclusive a disponibilização de vídeos no portal.

a impossibilidade de acesso a internet e a ausência de formação mais adequada para os agentes indígenas no sentido de eles mesmo poderem manter seus pontos.

Outra crítica a ser pontuada está na forma como os projetos são avaliados pelas agências financiadoras. De um lado as empresas privadas valorizam a capacitação dos indígenas para o marketing, pensando assim em termos de propagação de suas marcas na sociedade. De outro os órgãos estatais priorizam a parceria com agentes mediadores, a exemplo de ONG, garantindo assim segurança jurídica em relação aos aspectos fiscais de prestação de contas. Esta lógica é de fácil aceitação se considerarmos que uma das regras para a aquisição de incentivos fiscais é que os grupos proponentes possuam CNPJ. Logo aqueles grupos os quais não possuem tal registro enquanto instituição reconhecida correm o risco de ficar fora desta política de financiamento. Daí também o porque de que muitos grupos sociais recorrem prontamente à parcerias com ONG's que os representem junto a Estado e instituições privadas. A complexidade desta questão aumenta ainda mais quando se pensa que os processos de negociações não são feitos diretamente entre os grupos interessados e seus patrocinadores, mas entre instituições mediadoras e os financiadores gerando portanto uma relação de dependência.

Por fim, destacamos o quadro ainda preocupante na relação que se estabelece entre o acesso a tecnologias digitais a partir da perspectiva quimérica de transformação social e os grupos social desprivilegiados de políticas sociais básicas, por exemplo. No caso particular das comunidades indígenas, é notório como muitas destas utilizam as tecnologias da informação no interior de suas aldeias. Em 2009 Canclini já assinalava para tal questão considerando como comunidades excluídas, se apropriam destes recursos técnicos muitas vezes na expectativa de “*registrar suas lendas orais, comunicarem-se com movimentos equivalentes em zonas distantes e estabelecer solidariedade política [...]*” (IDEM, p. 235) passando ao que o autor identifica como “segunda oralidade”, ou seja, da tecnologia. É possível observar desta forma que o acesso às tecnologias acabam sendo utilizados como discurso para a melhoria social, seja no campo da cultura ou da comunicação. A facilitação ao acesso às tecnologias passam então a serem incentivados e aplicados em detrimento de outras exigências sociais básicas como saúde, educação, transporte e energia elétrica a exemplo do que ocorre em muitas comunidade indígenas do Brasil.

5. Referências Bibliográficas:

ACIOLI, Socorro. Fundação Casa Grande: *Comunicação para a educação*. Fortaleza: 2002.

ANTOUN, H. Democracia, Multidão e Guerra no Ciberespaço. In: André Parente. (Org.). *Tramas da Rede*. 1ª ed. Porto Alegre, 2004.

BARBOSA, Frederico; CALABRE, Lia (Orgs). *Pontos de cultura: olhares sobre o Programa Cultura Viva*. organizadores: Barbosa, Lia Calabre. Brasília: Ipea, 2011.

BARBALHO, Alexandre. Cultura minorias e mídia: ou algumas questões postas ao liberalismo. In: BARBALHO, Alexandre e PAIVA, Raquel (orgs.). *Comunicação e cultura das minorias*. São Paulo, Paulus, 2005.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Diferentes, desiguais e desconectados*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

COLEMAN, Stephen. BLUMLER. *The Internet and Democratic Citizenship: Theory, Practice and Policy*. New York: Cambridge University Press, 2009.

CORTINA, Adela. *Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

DAGNINO, Evelina. ¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: Daniel Mato (coord.). *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004. pp. 95- 100.

GOHN, Maria da Glória. *Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais*. Scielo. Saúde soc. São Paulo, v. 13, n. 2, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v13n2/03.pdf>>. Acesso em 15 de Junho de 2012.

_____ (Org.) *Movimentos sociais no início do século XXI: Antigos e novos atores sociais*. 4ª Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GOMES, Wilson. Esfera pública e media: com Habermas, contra Habermas. In: RUBIM, Antonio Albino; BENTZ, Ione Maria G. & PINTO, Milton José (orgs.). *Produção e recepção dos sentidos midiáticos*. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____, e MAIA, Rouseley. *Comunicação e democracia: problemas e perspectivas*. São Paulo, Editora Paulus, 2008.

KYMLICKA, Will. Citizenship. In: CRAIG, E. (org). *Routledge Encyclopedia of Philosophy*. London: Routledge, 1998. Tradução de Desidério Murcho http://www.didacticaeditora.pt/artes_de_pensar/leit_cidadania.html. Acesso em: 10 de Maio de 2012.

_____ e Norman, Wayne. El Retorno Del Ciudadano. Uma Revisión de La Producción Reciente en Teoria de la Ciudadania. *Cadernos del CLAEH*. Montevideo, nº 75, P. 81 – 112, 2002.

LEVY, Pierre. *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. 4.ed. São Paulo: Loyola.2003

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MELUCCI, Alberto. 1994. *Movimentos sociais, inovação cultural e o papel do conhecimento: uma entrevista de Leonardo Avritzer e Timo Lyra com Alberto Melucci*. In: AVRITZER, L. *Sociedade Civil e Democratização*. Belo Horizonte: Livraria Del Rey Editora.

MIGUEL, Luis Felipe. Representação política em 3-D: Elementos para uma teoria ampliada da representação política. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais* - Vol. 18 Nº 51, Maio de 2002.

MINAYO, Maria Cecília S. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARECHI, Pedrinho A. e JOVCHELOVITCH, Sandra. *Textos em representações Sociais*. Petrópolis - RJ: Vozes, 1994.

MOSCOVICI, Serge. *A representação social e psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

O'DONNELL, Guillermo. Anotações para uma teoria do Estado. *Revista de Cultura e Política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra. Nov. 1980./jul. 1981. Disponível em: <http://www.ige.unicamp.br/site/aulas/138/ANOTACOES PARA UMA TEORIA DO ESTADO ODONNELL.pdf>> Acesso: 16 de Julho de 2012.

PERUZZO, Cicília; BRITTES, Juçara (Orgs). *Sociedade da Informação e novas mídias: participação ou exclusão?*. São Paulo: INTERCOM, 2002.

PINSKY, J.; PINSKY, C.B. (orgs.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.

PITKIN, Hanna Fenichel. *The concept of representation*. Berkeley, University of California Press, 1967.

SANTOS, Wanderley Guilherme. *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1987.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. 2ªed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Edição Loyola, 2005.

YOUNG, Iris Marion. *Representação política, identidade e minorias*. Lua Nova, São Paulo, 67: 139-190, 2006.